

## NOTAS CONCEITUAIS ACERCA DA CIDADE CAPITALISTA E DO FENÔMENO DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL<sup>1</sup>

### CONCEPTO NOTAS SOBRE LA CIUDAD CAPITALISTA Y EL FENÓMENO LA SEGREGACIÓN SOCIO-ESPACIAL

Luma da Silva Souza<sup>2</sup>

Priscila Gonçalves Caetano<sup>3</sup>

#### RESUMO:

O presente trabalho faz parte de uma pesquisa concluída no âmbito do curso de licenciatura em Geografia do Instituto Federal Fluminense e tem como objetivo apresentar, a partir de um arcabouço conceitual crítico, uma revisão bibliográfica que estabeleça reflexões acerca da produção do espaço urbano capitalista e suas desigualdades socioespaciais, dentre as quais se destaca o conhecido fenômeno da segregação socioespacial nas cidades contemporâneas. Tendo em vista a prerrogativa do parcelamento e definição dos padrões de uso e ocupação do solo urbano, este estudo considera o Estado como um dos principais agentes produtores do espaço urbano, sendo assim, em grande medida, também responsável pela segregação residencial, devido suas intervenções urbanas seletivas ou mesmo por sua omissão.

Palavras-chave: cidade capitalista; produção do espaço urbano; mercado imobiliário; segregação socioespacial; Estado.

<sup>1</sup> Retirado da monografia do curso de Licenciatura em Geografia do IF-Fluminense intitulada *Autossegregação socioespacial em condomínios residenciais horizontais: elitização das periferias urbanas em Campos dos Goytacazes/RJ? (o caso do Parque Rodoviário)*.

Orientadora: Raquel Callegario Zacchi (Professora do IF-Fluminense e Mestre em Políticas Sociais/UENF).

<sup>2</sup> Licencianda em Geografia pelo Instituto Federal Fluminense. E-mail: luma-souza2011@live.com.

<sup>3</sup> Licencianda em Geografia pelo Instituto Federal Fluminense. E-mail: pg.caetano@hotmail.com.

## RESUMEN:

Este trabajo es parte de una encuesta realizada en el curso del grado en Geografía e Instituto Federal Fluminense tiene como objetivo presentar, a partir de un marco conceptual crítico, una revisión de la literatura para establecer reflexiones de la producción capitalista y

---

su espacio urbano desigualdades socio-espaciales, entre los que se destaca el conocido fenómeno de la segregación socio-espacial en las ciudades contemporáneas. Teniendo en cuenta el prorrato prerrogativa y la definición de los patrones de uso y ocupación del suelo urbano, este estudio considera al Estado como uno de los principales agentes productores del espacio urbano, por lo tanto, en gran parte también es responsable de la segregación residencial, debido a sus intervenciones urbanas selectivas o aún por su omisión.

**PALABRAS-CLAVE:** ciudad capitalista, la producción del espacio urbano; mercado de bienes raíces; segregación socio-espacial; Estado.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho trata-se de uma revisão bibliográfica acerca da temática produção da cidade, com ênfase na formação dos espaços de segregação. Faz uma ampla revisão bibliográfica referente aos principais autores que tratam do tema como Lefebvre, Soja, Castells, Harvey, Corrêa, Carlos, Souza, Sobarzo Mino, Rodrigues, Maricato, Villaça dentre outros, que contribui para a reflexão do tema proposto.

<sup>1</sup> Retirado da monografia do curso de Licenciatura em Geografia do IF-Fluminense intitulada *Autossegregação socioespacial em condomínios residenciais horizontais: elitização das periferias urbanas em Campos dos Goytacazes/RJ? (o caso do Parque Rodoviário)*.

Orientadora: Raquel Callegario Zacchi (Professora do IF-Fluminense e Mestre em Políticas Sociais/UENF).

<sup>2</sup> Licencianda em Geografia pelo Instituto Federal Fluminense. E-mail: luma-souza2011@live.com.

<sup>3</sup> Licencianda em Geografia pelo Instituto Federal Fluminense. E-mail: pg.caetano@hotmail.com.

O presente trabalho partilha do entendimento de Harvey (2005), para quem o Estado não é um poder alheio à sociedade, mas sim, um produto de seu desenvolvimento, originado a partir do reconhecimento dos antagonismos da sociedade, portanto, “necessário para moderar o conflito e mantê-lo nos limites da ordem; e esse poder, nascido da sociedade, mas se colocando acima dela e, progressivamente, alienando-se dela, é o Estado”. (HARVEY, 2005, p. 79). Conseqüentemente, a parceria estabelecida entre o Estado e os que a ele controlam comumente conflita com os interesses daqueles que buscam a cidade como valor de uso e não como valor de troca (MARICATO, 1997).

Defende-se no presente estudo que o espaço urbano é um produto social que é disputado por diferentes agentes sociais e que o mercado de terras capitalista atua como um dos principais mecanismos causadores dos problemas urbanos, reproduzindo as contradições intrínsecas ao sistema econômico, as quais se materializam no processo de segregação socioespacial. Admite-se que este, entretanto, não é um fenômeno recente na estruturação espacial das cidades, porém, com o capitalismo o mesmo tem alcançado um nível de apartação social nunca antes conhecido.

Reforça-se aqui a concepção defendida por Lefebvre (2008) que argumenta que o espaço não é neutro, mas permeado por diferentes intencionalidades. Estas, por sua vez, constituem objeto de elucidação no presente trabalho.

Na seqüência, serão tecidas reflexões acerca dos agentes produtores do espaço urbano, da atuação do mercado imobiliário capitalista, bem como as concepções correntes acerca da segregação socioespacial, destacando o novo padrão de segregação urbana e suas implicações.

<sup>1</sup> Retirado da monografia do curso de Licenciatura em Geografia do IF-Fluminense intitulada *Autossegregação socioespacial em condomínios residenciais horizontais: elitização das periferias urbanas em Campos dos Goytacazes/RJ? (o caso do Parque Rodoviário)*.

Orientadora: Raquel Callegario Zacchi (Professora do IF-Fluminense e Mestre em Políticas Sociais/UENF).

<sup>2</sup> Licencianda em Geografia pelo Instituto Federal Fluminense. E-mail: luma-souza2011@live.com.

<sup>3</sup> Licencianda em Geografia pelo Instituto Federal Fluminense. E-mail: pg.caetano@hotmail.com.

## APROXIMAÇÕES TEÓRICAS ACERCA DA CIDADE CAPITALISTA E DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Aqui não há o propósito de resgatar por completo a história das cidades. Contudo, é conveniente reconhecer que estas não são um fenômeno derivado da emergência do capitalismo. Na verdade, a origem da cidade remonta ao período da Antiguidade, no qual estas desempenhavam o papel de centro do controle político e militar. Entretanto, com a passagem dos sucessivos modos de produção, a importância conferida às cidades, bem como suas funções foram transformadas.

No entanto, no caso do capitalismo, Soja (1993), identifica que o papel da cidade está, pois, vinculado à possibilidade de acumulação de capital. Portanto, na perspectiva do autor a cidade passou a ser entendida “não apenas em seu papel distintivo de centro de produção e acumulação industrial, mas também como ponto de controle da reprodução da sociedade capitalista em termos de força de trabalho, da troca e dos padrões de consumo [...]” (1993, p.118). E, semelhantemente ao referido autor, Sposito conclui que:

A cidade é, particularmente, o melhor lugar onde se reúnem as melhores condições para o desenvolvimento do capitalismo. O seu caráter de concentração e densidade viabiliza a realização com maior rapidez do ciclo do capital, ou seja, diminui o tempo entre o primeiro investimento necessário à realização de uma determinada produção e o consumo do produto. A cidade reúne qualitativa e quantitativamente as condições necessárias ao desenvolvimento do capitalismo, e por isso ocupa o papel de comando na divisão social do trabalho. (2004, p.64).

<sup>1</sup> Retirado da monografia do curso de Licenciatura em Geografia do IF-Fluminense intitulada *Autossegregação socioespacial em condomínios residenciais horizontais: elitização das periferias urbanas em Campos dos Goytacazes/RJ? (o caso do Parque Rodoviário)*.

Orientadora: Raquel Callegario Zacchi (Professora do IF-Fluminense e Mestre em Políticas Sociais/UENF).

<sup>2</sup> Licencianda em Geografia pelo Instituto Federal Fluminense. E-mail: luma-souza2011@live.com.

<sup>3</sup> Licencianda em Geografia pelo Instituto Federal Fluminense. E-mail: pg.caetano@hotmail.com.

Essencial ao desenvolvimento do sistema, a cidade desponta como *lócus* onde se centralizam as principais oportunidades para a acumulação capitalista, tais como concentração de atividades produtivas, além da infraestrutura necessária para a circulação de bens produzidos e força de trabalho. Em relação a esta última, deve-se acrescentar que a mesma se apresenta, também, como consumidora potencial de mercadorias, isto é, por ser mão-de-obra ativa tem a possibilidade de adquirir os produtos oriundos das cidades.

O geógrafo Milton Santos (1996), por sua vez, também constata profundas contradições nas cidades capitalistas. Partindo de uma concepção marxista, o autor afirma que no espaço urbano são reproduzidas as contradições inerentes ao sistema de acumulação capitalista. Em seu dizer:

a cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico de que é suporte como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias (e dos cortiços) pessoas ainda mais pobres” (SANTOS, 1996, p. 10-11).

Acrescente-se que a perspectiva tomada por Santos sugere o sistema capitalista como modo de produção que se perpetua, em parte, valendo-se da utilização do espaço como legitimador daquelas relações sociais de desigualdade amplamente necessárias à sua sobrevivência. De certo, há então que se concordar com Carlos (2008, p. 79), para quem “a cidade é a expressão da materialização espacial das desigualdades espaciais emergentes na sociedade atual.”

Analogamente, Soja (1993) ao analisar o campo do conhecimento geográfico na conjuntura da Pós-Modernidade, contrapõe-se à tese de certos estudiosos que declararam o fim da Geografia no período vigente, argumentando em favor da reafirmação do importante papel do espaço para o projeto de construção de uma

<sup>1</sup> Retirado da monografia do curso de Licenciatura em Geografia do IF-Fluminense intitulada *Autossegregação socioespacial em condomínios residenciais horizontais: elitização das periferias urbanas em Campos dos Goytacazes/RJ? (o caso do Parque Rodoviário)*.

Orientadora: Raquel Callegario Zacchi (Professora do IF-Fluminense e Mestre em Políticas Sociais/UENF).

<sup>2</sup> Licencianda em Geografia pelo Instituto Federal Fluminense. E-mail: luma-souza2011@live.com.

<sup>3</sup> Licencianda em Geografia pelo Instituto Federal Fluminense. E-mail: pg.caetano@hotmail.com.

teoria social crítica. Isso porque, em seu entendimento, os arranjos espaciais são produzidos a fim de proporcionar a acumulação do sistema, favorecendo novas possibilidades de lucros a par do controle das pressões sociais e do estímulo ao consumo.

Semelhantemente à concepção de Soja, para Ramos (1997) é inegável o papel econômico das cidades capitalistas; porém a fim de distinguir com maior precisão tal papel, a pesquisadora afirma que não significa que sob o capitalismo as cidades são determinadas economicamente. Para tanto, ela resgata a importante consideração de Lefebvre que, tomando Marx como referência, esclareceu que “nunca Marx concebeu o econômico como determinante ou como determinismo, mas sim, o capitalismo como modo de produção em que predomina o econômico.” (1997, p. 56). Nesse sentido, o que as cidades no capitalismo apresentam são a prevalência de funções vinculadas às atividades econômicas e de acumulação de capital em detrimento da reprodução social da força de trabalho. Em seu entender é daí que derivam os conflitos entre a reprodução do capital e do trabalho.

Por outro lado, é corrente entre os geógrafos marxistas o pressuposto de que as cidades contemporâneas estão sujeitas a processos de acumulação capitalista, contando para isso, também, com a participação do Estado. São, portanto, interesses de parte da população que conflitam com os interesses da maior parte dela, o que é, por conseguinte, explicativo da materialização física da segregação urbana. A esse respeito, Corrêa avalia que, na realidade, o Estado não atua como uma instituição equalizadora das disparidades urbanas, posto que suas intervenções são feitas de modo a atender os interesses das classes dominantes ao atuar seletivamente no espaço público, equipando diferentemente os bairros de uma mesma cidade, mesmo que, por vezes, atenda, conjuntamente, às pressões das classes subordinadas. Em seu dizer:

<sup>1</sup> Retirado da monografia do curso de Licenciatura em Geografia do IF-Fluminense intitulada *Autossegregação socioespacial em condomínios residenciais horizontais: elitização das periferias urbanas em Campos dos Goytacazes/RJ? (o caso do Parque Rodoviário)*.

Orientadora: Raquel Callegario Zacchi (Professora do IF-Fluminense e Mestre em Políticas Sociais/UENF).

<sup>2</sup> Licencianda em Geografia pelo Instituto Federal Fluminense. E-mail: luma-souza2011@live.com.

<sup>3</sup> Licencianda em Geografia pelo Instituto Federal Fluminense. E-mail: pg.caetano@hotmail.com.

Como o estado também é o elemento de legitimação da classe dominante, sua atuação enquanto provedor tende, por um lado, a reforçar as áreas residenciais nobres [...] significa que a atuação não se realiza de modo uniforme no espaço urbano, atuação que se traduziria nos investimentos em água e esgoto [...] na abertura de vias de grande densidade de tráfego [...]. (2003, p.83).

Cabe, ainda, ressaltar que o estudo acerca das contradições da cidade capitalista deve considerar os agentes produtores do espaço urbano, os quais têm merecido destaque na abordagem de diversos autores (SINGER, 1982; CORRÊA, 2003; HARVEY, 1980 etc.). Dentre os principais agentes modeladores do urbano, Corrêa (2003) identifica a ação dos proprietários fundiários, dos promotores imobiliários e, ainda, do Estado. Destacando especialmente a atuação dos proprietários fundiários, o autor afirma que estes vêm no mecanismo de retenção de terras a possibilidade de aumentar seus ganhos, pois ao criar uma situação artificial de escassez de terrenos faz com que o preço destes se eleve.

Já no caso dos promotores imobiliários os mesmos são caracterizados como os atores que operam atividades ligadas à incorporação, financiamento, edificação e, ainda, venda de imóveis. Contudo, Corrêa analisa que esses serviços são voltados principalmente para os segmentos mais abastados da sociedade, contribuindo cada vez mais para a segregação residencial.

Por fim, o mencionado autor reconhece, ainda, que os grupos sociais excluídos também se consolidam como agentes modeladores do urbano, nesse caso, por meio da ocupação de terrenos públicos ou privados que resultam na origem de favelas, posto que nesse movimento os mesmos efetivam a produção do seu próprio espaço.

Convém, ainda, destacar o papel desempenhado pelo Estado como importante

<sup>1</sup> Retirado da monografia do curso de Licenciatura em Geografia do IF-Fluminense intitulada *Autossegregação socioespacial em condomínios residenciais horizontais: elitização das periferias urbanas em Campos dos Goytacazes/RJ? (o caso do Parque Rodoviário)*.

Orientadora: Raquel Callegario Zacchi (Professora do IF-Fluminense e Mestre em Políticas Sociais/UENF).

<sup>2</sup> Licencianda em Geografia pelo Instituto Federal Fluminense. E-mail: luma-souza2011@live.com.

<sup>3</sup> Licencianda em Geografia pelo Instituto Federal Fluminense. E-mail: pg.caetano@hotmail.com.

agente produtor do espaço urbano posto que suas ações manifestam-se desde a regulamentação de normas que objetivam disciplinar a ocupação do solo urbano, a exemplo dos planos diretores como, também, pelo exercício de medidas tributárias as quais ocorrem por meio da cobrança de impostos urbanos. Ademais, o Estado tem a prerrogativa de mediar as diversas demandas por serviços públicos e, também, pela distribuição desses serviços no espaço público. Corrobora com esse entendimento, Singer, para quem:

O Estado, como responsável pelo provimento de boa parte dos serviços urbanos, essenciais tanto às empresas como aos moradores, desempenha importante papel na determinação das demandas pelo uso de cada área específica do solo urbano e, portanto, do seu preço. Sempre que o poder público dota uma zona qualquer da cidade de um serviço público [...] ele desvia para esta zona demandas de empresas e moradores que anteriormente, devido à falta do serviço em questão, davam preferência a outras localizações. (1982, p. 34).

Essa conflituosa produção do espaço urbano, acima esboçada, levou Corrêa (2003) a apontar para a cidade capitalista como um campo de lutas, uma vez que o solo urbano é cada vez mais disputado para diversos tipos de usos (SINGER, 1982). Por conseguinte, atualmente, as frações do solo urbano representam uma mercadoria extremamente concorrida e, portanto, cada vez mais valorizada. Aqui cabe observação, especificamente, ao fato de que a terra urbana por não resultar do trabalho humano, isto é, por não ser um bem produzido não tem valor, mas adquire um preço que tende a ser determinado a partir do que a demanda estiver disposta a pagar, sendo por isso considerada um falso capital (SINGER, 1982). Desse modo, como a terra “[...] não é produto do trabalho, não pode ser reproduzida, não se

<sup>1</sup> Retirado da monografia do curso de Licenciatura em Geografia do IF-Fluminense intitulada *Autossegregação socioespacial em condomínios residenciais horizontais: elitização das periferias urbanas em Campos dos Goytacazes/RJ? (o caso do Parque Rodoviário)*.

Orientadora: Raquel Callegario Zacchi (Professora do IF-Fluminense e Mestre em Políticas Sociais/UENF).

<sup>2</sup> Licencianda em Geografia pelo Instituto Federal Fluminense. E-mail: luma-souza2011@live.com.

<sup>3</sup> Licencianda em Geografia pelo Instituto Federal Fluminense. E-mail: pg.caetano@hotmail.com.

consome e tem seu preço constantemente elevado, e por mais 'velha' que fique nunca se deteriora" (RODRIGUES, 1991, p.16-17).

Por outro lado, Harvey (1980) também reconhece que na economia capitalista o solo representa uma mercadoria e lembra que esta tem seu valor estabelecido a partir de duas dimensões, quais sejam: seu valor de uso e de troca. O primeiro, determinado por sua utilidade; enquanto que o último é conferido pela possibilidade de compra e venda transmitidas pela mercadoria. Comentando a esse mesmo respeito, Maricato (1997) observa que:

[...] de um lado estão os usuários da cidade, os trabalhadores, aqueles que querem da cidade condições para tocar a vida: moradia, transporte, lazer, vida comunitária, etc. Esses vêem a cidade como valor de uso. Do outro lado estão aqueles para quem a cidade é fonte de lucro, mercadoria, objeto de extração de ganhos. Esses encaram a cidade como valor de troca [...]. (MARICATO, 1997, p. 44).

No caso do processo de urbanização brasileira<sup>4</sup>, desde o século XIX tem ocorrido a ampliação e extensão dos papéis urbanos e, ao mesmo tempo, paradoxalmente, a segmentação do tecido urbano (SPOSITO, 2004). E, de acordo com Maricato (2003, p. 151), "[...] ao contrário da expectativa de muitos, o universo urbano não superou algumas características dos períodos colonial e imperial, marcados pela concentração de terra, renda e poder [...]". Quanto à verificação dessas condições no decurso do século XX, Maricato (1995) o fez através de uma detalhada análise envolvendo a relação entre *cidade, Estado e mercado*, no âmbito

---

<sup>4</sup> Acerca do referido processo, Maricato (2003, p. 152) pontua que a sociedade brasileira cria que o

<sup>1</sup> Retirado da monografia do curso de Licenciatura em Geografia do IF-Fluminense intitulada *Autossegregação socioespacial em condomínios residenciais horizontais: elitização das periferias urbanas em Campos dos Goytacazes/RJ? (o caso do Parque Rodoviário)*.

Orientadora: Raquel Callegario Zacchi (Professora do IF-Fluminense e Mestre em Políticas Sociais/UENF).

<sup>2</sup> Licencianda em Geografia pelo Instituto Federal Fluminense. E-mail: luma-souza2011@live.com.

<sup>3</sup> Licencianda em Geografia pelo Instituto Federal Fluminense. E-mail: pg.caetano@hotmail.com.

futuro parecia estar nas cidades, onde “fantasias” como pleno emprego, lazer e assistência social permeavam seus sonhos. Contrariando essas aspirações, tais anseios não se traduziram em realidade nas cidades brasileiras, se tornando, antes, em pesadelos.

das políticas habitacionais desenvolvidas nas últimas décadas do século passado.

A autora supracitada parte da premissa de que o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e o Banco Nacional da Habitação (BNH) participaram, conjuntamente, da chamada *modernização excludente*. Segundo ela, ambos, criados no contexto da ditadura militar, foram essenciais para a consolidação do mercado imobiliário capitalista brasileiro. Também de acordo com a autora, os volumosos investimentos em equipamentos urbanos alteraram a aparência das cidades brasileiras, especialmente por seu caráter concentrado em alguns setores urbanos, o que implicou no expressivo aumento da especulação do solo urbano tornando ainda mais oneroso o acesso ao solo urbano por parte da classe social menos favorecida.

Por fim, a urbanista assevera que, contraditoriamente, o número de residentes em favelas se acentuou no período do desenvolvimento da política habitacional em questão, uma vez que tal política fora prometida em favor dos desassistidos (MARICATO, 1995). Por isso, Maricato (1995, p. 21-22) inferiu, criticamente, que “a política praticada pelo SFH combinou o atendimento dos interesses dos empresários privados (construção, promotores imobiliários, banqueiros e proprietários de terra) com os interesses de políticos clientelistas (governadores, prefeitos, deputados, vereadores)” e que “[...] essa política foi fundamental para a estruturação de um mercado imobiliário de corte capitalista e [...] privilegiou a produção de habitação subsidiada para a classe média em detrimento dos setores de mais baixa renda”.

Partindo dessas considerações, cabe a seguir apresentar as correntes concepções acerca da segregação socioespacial, partindo da premissa que sob a influência do capitalismo o fenômeno tende a se agravar nas cidades contemporâneas, uma vez que a prática da exclusão, em todos os sentidos, é

<sup>1</sup> Retirado da monografia do curso de Licenciatura em Geografia do IF-Fluminense intitulada *Autossegregação socioespacial em condomínios residenciais horizontais: elitização das periferias urbanas em Campos dos Goytacazes/RJ? (o caso do Parque Rodoviário)*.

Orientadora: Raquel Callegario Zacchi (Professora do IF-Fluminense e Mestre em Políticas Sociais/UENF).

<sup>2</sup> Licencianda em Geografia pelo Instituto Federal Fluminense. E-mail: luma-souza2011@live.com.

<sup>3</sup> Licencianda em Geografia pelo Instituto Federal Fluminense. E-mail: pg.caetano@hotmail.com.

marcante nesse modo de produção.

## CONCEITUANDO A PROBLEMÁTICA: A CONSTRUÇÃO DE BASES TEÓRICAS ACERCA DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

Neste tópico serão apresentados e discutidos os principais referenciais teóricos vinculados ao conceito de *segregação socioespacial*, em reconhecimento de que a estruturação do espaço urbano é conflituosa, implicando, pois, em configurações espaciais excludentes. Para tanto, serão apresentados diferentes vertentes conceituais acerca da segregação urbana, da Escola de Sociologia de Chicago à teoria crítica marxista, objetivando reconhecer possíveis limitações teóricas que se traduzam como insuficientes para apreender a atual estruturação do espaço urbano. Por outro lado, é apropriado ressaltar que o conceito em destaque consiste em uma categoria analítica que se revela indispensável para a compreensão da fragmentação urbana, atualmente, comum a todas as cidades brasileiras (VILLAÇA, 2001).

Inicialmente, vale ressaltar que o referido conceito tem merecido destaque no campo das ciências sociais. Conforme lembra Corrêa (2003), a literatura clássica a respeito da *segregação socioespacial* é derivada da Escola de Sociologia de Chicago, a qual teve origem no início do século XX. Essa Escola foi, também, pioneira em realizar estudos urbanos acerca de favelização e formação de guetos, dos quais procederam os primeiros estudos sobre segregação urbana, a partir da difusão das ideias de pesquisadores vinculados à Universidade de Chicago, especialmente Robert Park e Ernest Burgess.

Todavia, o conceito em questão tornou-se alvo de reelaboração conceitual a partir dos anos 1970, sobretudo por autores de orientação teórica marxista, como Lojkin, Castells e Lefebvre. Estes, diferente dos primeiros estudiosos, voltaram

<sup>1</sup> Retirado da monografia do curso de Licenciatura em Geografia do IF-Fluminense intitulada *Autossegregação socioespacial em condomínios residenciais horizontais: elitização das periferias urbanas em Campos dos Goytacazes/RJ? (o caso do Parque Rodoviário)*.

Orientadora: Raquel Callegario Zacchi (Professora do IF-Fluminense e Mestre em Políticas Sociais/UENF).

<sup>2</sup> Licencianda em Geografia pelo Instituto Federal Fluminense. E-mail: luma-souza2011@live.com.

<sup>3</sup> Licencianda em Geografia pelo Instituto Federal Fluminense. E-mail: pg.caetano@hotmail.com.

suas preocupações para as causas da segregação urbana, portanto, desnaturalizando as origens das desigualdades socioespaciais.

Com efeito, no decorrer do século XX, diversos estudiosos conceberam modelos de organização interna da cidade, levando em conta a diferenciação existente no espaço intraurbano, em termos de renda e de prestígio de certos grupos sociais (SOUZA, 2005). Desse modo, dentre os modelos existentes, o mais difundido foi o de Burgess, partidário da abordagem de “Ecologia Humana”; esta consistiu em uma analogia à teoria darwinista de seleção natural. Com efeito, essa perspectiva evidenciava uma competição dos indivíduos por localizações na cidade, porém não preocupada em considerar a existência de uma ordem social injusta (SOUZA, 2005). Comentando a referida abordagem, Negri revela que:

O maior equívoco desta escola foi o fato de ter tomado para a sociedade uma teoria construída para os elementos naturais e ter construído bases para a “naturalização” das relações sociais nas cidades. A segregação sócio-espacial foi tomada como algo inerente às cidades, através de questões de cunho racial, étnico e cultural. (2008, p. 8).

A partir de Burgess, outros padrões de estruturação urbana foram propostos, como o de Hoyt, entretanto todos voltados para a realidade norteamericana (SOUZA, 2005, p. 73). Além disso, segundo o sociólogo Giddens (2005, p. 458) “os modelos de organização espacial desenvolvidos por Park, Burgess e seus colegas foram extraídos da experiência norte-americana, e não se ajustam a todas as cidades dos Estados Unidos”. No entanto, para Souza (2005), a despeito da grande notoriedade dessas teorias, estas foram alvo de crítica em décadas posteriores, devido ao conteúdo demasiado descritivo e simplista dos modelos concebidos que

<sup>1</sup> Retirado da monografia do curso de Licenciatura em Geografia do IF-Fluminense intitulada *Autossegregação socioespacial em condomínios residenciais horizontais: elitização das periferias urbanas em Campos dos Goytacazes/RJ? (o caso do Parque Rodoviário)*.

Orientadora: Raquel Callegario Zacchi (Professora do IF-Fluminense e Mestre em Políticas Sociais/UENF).

<sup>2</sup> Licencianda em Geografia pelo Instituto Federal Fluminense. E-mail: luma-souza2011@live.com.

<sup>3</sup> Licencianda em Geografia pelo Instituto Federal Fluminense. E-mail: pg.caetano@hotmail.com.

não se mostraram suficientes para dar conta da dinâmica espacial urbana.

Quanto às formas de segregação socioespacial, estas podem se expressar tanto em termos de etnias, classes e residências. Contudo, a maior parte das concepções correntes enfatizam que sob influência do capitalismo, o fenômeno da segregação residencial será acentuado na maioria das cidades. A esse respeito Souza (2005, p. 68) distingue que “o fenômeno de segregação residencial é, sem dúvida, muito geral ao longo da história da urbanização. [...] O moderno capitalismo [...] irá, todavia, acarretar uma mudança de magnitude (e de escala) no padrão de segregação”.

Obviamente, a segregação residencial é, definitivamente, um produto da cidade e não do campo, uma vez que “meros povoados ou aldeias rurais não possuem uma complexidade que dê origem a bairros inteiros ou grandes espaços segregados, sendo, pelo contrário, relativamente homogêneos” (SOUZA, 2005, p. 83). Portanto, Souza concebe a segregação socioespacial como um problema essencialmente urbano.

A fim de evitar possíveis equívocos por aqueles que consideram os termos *diferenciação* e *segregação* como equivalentes, Lefebvre (1999) é enfático no sentido de opor as referidas concepções. Para ele, segregação é justamente a negação da diferença que só pode se estabelecer pela convivência ou pelo contato. Por isso, em seu entender, a segregação impede a relação. Essa perspectiva é também tomada por Sposito (2004, p. 74) que concebe a segregação espacial como produto “de um processo de diferenciação que se desenvolve ao extremo e que leva, na cidade, ao rompimento da comunicação entre as pessoas, da circulação entre os sub-espacos, [...] enfim, conduz à fragmentação do espaço urbano”. Igualmente, Sobarzo Miño também inspirado em Lefebvre, distinguiu diferenciação social de segregação social. Em suas palavras:

<sup>1</sup> Retirado da monografia do curso de Licenciatura em Geografia do IF-Fluminense intitulada *Autossegregação socioespacial em condomínios residenciais horizontais: elitização das periferias urbanas em Campos dos Goytacazes/RJ? (o caso do Parque Rodoviário)*.

Orientadora: Raquel Callegario Zacchi (Professora do IF-Fluminense e Mestre em Políticas Sociais/UENF).

<sup>2</sup> Licencianda em Geografia pelo Instituto Federal Fluminense. E-mail: luma-souza2011@live.com.

<sup>3</sup> Licencianda em Geografia pelo Instituto Federal Fluminense. E-mail: pg.caetano@hotmail.com.

Nem toda diferenciação social é segregação, pois o espaço urbano sempre caracterizou-se pelas diferenças sociais de seus habitantes. Sem dúvida, atualmente esta diferenciação alcançou tais níveis, que quebrou as instâncias de convivência entre as diferenças [...], o que leva a uma falsa “vida urbana” entre iguais, com quase nenhuma conexão com o resto dos habitantes da cidade. A esta fragmentação da convivência social urbana chamamos de segregação. (1999, p.48).

Lojkin (1981), pautado em uma perspectiva marxista, parte da consideração da renda como fator determinante para o acesso ao solo urbano. Presume-se na leitura do autor, que as classes mais abastadas ocupam as áreas mais caras da cidade. Opondo-se a esse entendimento, Villaça (2001) exemplifica que os bairros de Alphaville (SP) e Recreio dos Bandeirantes (RJ), são casos concretos, nos quais os grupos de alta renda habitam em terrenos baratos dos espaços periféricos. Partindo dessa comprovação, Villaça (2001, p.146) observa que “não é rigorosamente verdadeiro que o preço da terra determina a distribuição espacial das classes sociais”.

No entanto, a despeito das críticas que Lojkin recebeu, este tem o mérito de ter destacado a importância do papel das políticas públicas na reparação da segregação urbana (VILLAÇA, 2001).

Já para Castells (1983), a segregação urbana se expressa por meio da separação espacial entre as distintas classes sociais nas cidades capitalistas contemporâneas. O autor destaca, ainda, o acesso desigual aos meios de consumo coletivo<sup>5</sup> por esses grupos sociais. Muito embora Castells não tenha reconhecido o padrão atual de segregação pela aproximação espacial entre os diferentes grupos

<sup>1</sup> Retirado da monografia do curso de Licenciatura em Geografia do IF-Fluminense intitulada *Autossegregação socioespacial em condomínios residenciais horizontais: elitização das periferias urbanas em Campos dos Goytacazes/RJ? (o caso do Parque Rodoviário)*.

Orientadora: Raquel Callegario Zacchi (Professora do IF-Fluminense e Mestre em Políticas Sociais/UENF).

<sup>2</sup> Licencianda em Geografia pelo Instituto Federal Fluminense. E-mail: luma-souza2011@live.com.

<sup>3</sup> Licencianda em Geografia pelo Instituto Federal Fluminense. E-mail: pg.caetano@hotmail.com.

sociais, mesmo assim, Silva e Alves (2010, p. 15) consideram que “o esforço de ela-

---

<sup>5</sup> Para o autor, as escolas, bem como os serviços de transporte e de lazer são formas através das quais o conjunto da população consome os produtos da indústria moderna (GIDDENS, 2005).

boração conceitual desenvolvido por Castells a propósito do fenômeno da segregação urbana deu a este conceito um estatuto teórico mais sólido”.

Souza (2005), por sua vez, diferenciando os padrões de segregação predominantes em diferentes países como os Estados Unidos e o Brasil, observa que no primeiro, a segregação por etnicidade é mais marcante, sendo, mesmo, um problema de minorias sociais. Diferentemente, no caso do Brasil, o fenômeno é motivado, principalmente, pela renda e pela capacidade econômica das famílias e, diversamente da realidade norteamericana, aqui atinge a maior parte da população, sobretudo os residentes em favelas ou nas desassistidas periferias. Por isso, para Souza, no caso dos Estados Unidos é mais apropriado falar em segregação étnica, enquanto que no Brasil é mais adequado admitir a predominância da segregação residencial, daí a relevância da produção de estudos voltados para discutir a temática em questão.

Acrescente-se ainda o papel do Estado como agente legitimador da segregação urbana, na medida em que atua diferencialmente na organização espacial, contribuindo para valorizar diferentemente os setores urbanos em função da disponibilidade de serviços coletivos. A respeito da atuação do Estado, Corrêa (2003, p. 27) avalia, criticamente, que esta “se faz, fundamentalmente [...] visando criar condições de realização e reprodução da sociedade capitalista, isto é, condições que viabilizem o processo de acumulação e a reprodução das classes sociais e suas frações.”

Soma-se à atuação do Estado, o papel desempenhado pelo capital imobiliário,

<sup>1</sup> Retirado da monografia do curso de Licenciatura em Geografia do IF-Fluminense intitulada *Autossegregação socioespacial em condomínios residenciais horizontais: elitização das periferias urbanas em Campos dos Goytacazes/RJ? (o caso do Parque Rodoviário)*.

Orientadora: Raquel Callegario Zacchi (Professora do IF-Fluminense e Mestre em Políticas Sociais/UENF).

<sup>2</sup> Licencianda em Geografia pelo Instituto Federal Fluminense. E-mail: luma-souza2011@live.com.

<sup>3</sup> Licencianda em Geografia pelo Instituto Federal Fluminense. E-mail: pg.caetano@hotmail.com.

visto que este tanto pode atuar valorizando os imóveis já existentes quanto os vazios urbanos, isto é, os espaços ociosos à espera de maior valorização (SOUZA, 2005). Em referência a estes, Souza (2005, p. 28) considera que “[...] são terras de especulação, em ‘pousio social’, por assim dizer, e que serão convertidas [...] em loteamentos populares ou condomínios fechados de alto *status*, dependendo da localização [...]”. Ao mesmo tempo, Singer (1982) reconhece que, ironicamente, cresce a parcela da população desprovida de moradia. Em razão disso, Maricato (1997) sublinha que a valorização espacial diferenciada responde pela perpetuação da segregação urbana.

Por outro lado, autores filiados à literatura geográfica como Carlos (2008), Souza (2005) e Corrêa (2003) têm atentado para a emergência de novos padrões de segregação socioespacial, na verdade, outra face do mesmo fenômeno, a qual é denominada de *autossegregação*. A esse respeito, Carlos (2008, p. 78), observa que as classes “de maior rendimento tendem a localizar-se em bairros arborizados, amplos, com completa infra-estrutura, em zonas em que o preço da terra impede o acesso a ‘qualquer um’”.

Pode-se inferir que, de modo geral, os referidos autores entendem que a *autossegregação* trata-se de uma alternativa de moradia elitista como forma de negação do espaço público da cidade e, também, como um mecanismo de distinção social, que pretende se justificar pela alegação dos frequentes episódios de criminalidade. Conforme reitera Souza:

No caso da *auto-segregação* são as pessoas que fazem a opção de se afastar ou apartar o mais possível da cidade. Esta é vista como barulhenta, congestionada e, por isso desagradável. E, como também é sinônimo de pobreza pelas ruas, de assaltos etc., é vista como mais do que desagradável: é vista como *ameaçadora*. A auto-

<sup>1</sup> Retirado da monografia do curso de Licenciatura em Geografia do IF-Fluminense intitulada *Autossegregação socioespacial em condomínios residenciais horizontais: elitização das periferias urbanas em Campos dos Goytacazes/RJ? (o caso do Parque Rodoviário)*.

Orientadora: Raquel Callegario Zacchi (Professora do IF-Fluminense e Mestre em Políticas Sociais/UENF).

<sup>2</sup> Licencianda em Geografia pelo Instituto Federal Fluminense. E-mail: luma-souza2011@live.com.

<sup>3</sup> Licencianda em Geografia pelo Instituto Federal Fluminense. E-mail: pg.caetano@hotmail.com.

segregação, nas grandes cidades da atualidade, está fortemente vinculada à busca por segurança por parte das elites, embora esse não seja o único fator [...]. (2005, p. 70).

Entretanto, o referido autor considera, ainda, que os que se autosegregam o fazem, sim, por opção, pois de acordo com ele:

Alguém poderia alegar que, também no caso da auto-segregação tampouco se trata de uma “escolha”, pois as pessoas tentam escapar do problema. Essa seria, porém, uma interpretação forçada [...] os que se auto-segregam, na condição de moradores são, em grande parte, os mesmos que, na condição de elite dirigente, são, ao menos, co-responsáveis pela deterioração das condições de vida na cidade, inclusive no que se refere à segurança pública, seja por suas ações, seja por sua omissão [...] (SOUZA, 2005, p. 71).

A título de diferenciar as práticas de segregação que derivam da escolha voluntária de certos grupos sociais daquelas referentes à população marginalizada socialmente e carente de opções de moradia, Corrêa (2003, p. 64) esclarece, então, que “em realidade pode-se falar em auto-segregação e segregação imposta, a primeira referindo-se à segregação da classe dominante, e a segunda dos grupos sociais cujas opções de morar são pequenas ou nulas”.

Semelhantemente a Corrêa (2003), o geógrafo Marcelo Lopes de Souza diferencia autosegregação de segregação socioespacial. Para Souza, a primeira trata-se de um “escapismo de elite”, que assim o faz por escolha, pois a cidade passa a ser vista como desagradável e ameaçadora (SOUZA, 2008).

<sup>1</sup> Retirado da monografia do curso de Licenciatura em Geografia do IF-Fluminense intitulada *Autosegregação socioespacial em condomínios residenciais horizontais: elitização das periferias urbanas em Campos dos Goytacazes/RJ? (o caso do Parque Rodoviário)*.

Orientadora: Raquel Callegario Zacchi (Professora do IF-Fluminense e Mestre em Políticas Sociais/UENF).

<sup>2</sup> Licencianda em Geografia pelo Instituto Federal Fluminense. E-mail: luma-souza2011@live.com.

<sup>3</sup> Licencianda em Geografia pelo Instituto Federal Fluminense. E-mail: pg.caetano@hotmail.com.

Entretanto, a respeito da sensação de insegurança nas cidades contemporâneas, Caldeira (2000) adverte que participam da propagação de uma imagem de violência geral das cidades, os meios de comunicação aliados aos promotores imobiliários. No caso destes últimos, eles atuam especialmente interessados em promover a venda dos empreendimentos imobiliários de elite, cuja versão residencial mais difundida consiste nos condomínios fechados. Para tanto, esses agentes recorrem ao *marketing* imobiliário que endossa a imagem dos residenciais fechados como ilhas seguras.

Em identificação da nova forma de segregação urbana, Caldeira (2000) analisa que a difusão tanto de condomínios quanto de loteamentos fechados caracteriza uma nova modalidade de segregação socioespacial expresso pelo urbanismo de elite, isto é, nos produtos imobiliários destinados às classes sociais de renda média-alta que crescentemente tendem a privatizar espaços outrora públicos (CALDEIRA, 2000). Avançando nesse entendimento, pode-se avaliar que, do mesmo modo que aqueles, os *shoppings centers* podem ser também considerados espaços que materializam o planejamento urbano elitizado na cidade; posto que os mesmos são implantados com a autorização do poder público que atribui a agentes imobiliários, isto é, a agentes privados, a prerrogativa de converter a cidade em mercadoria (MOURA, 2006).

Definitivamente, é possível perceber que, em linhas gerais, é entendido pelos estudiosos que partem de uma perspectiva crítica, que são os promotores imobiliários juntamente com o Estado e, ainda, a classe de mais alta renda que, consumindo e valorizando diferentemente as frações da cidade, produzem a segregação socioespacial. Portanto, a partir dessa exposição, fica evidente que na cidade capitalista predominam os interesses dos agentes ligados às atividades econômicas no parcelamento do solo urbano.

<sup>1</sup> Retirado da monografia do curso de Licenciatura em Geografia do IF-Fluminense intitulada *Autossegregação socioespacial em condomínios residenciais horizontais: elitização das periferias urbanas em Campos dos Goytacazes/RJ? (o caso do Parque Rodoviário)*.

Orientadora: Raquel Callegario Zacchi (Professora do IF-Fluminense e Mestre em Políticas Sociais/UENF).

<sup>2</sup> Licencianda em Geografia pelo Instituto Federal Fluminense. E-mail: luma-souza2011@live.com.

<sup>3</sup> Licencianda em Geografia pelo Instituto Federal Fluminense. E-mail: pg.caetano@hotmail.com.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo pretendeu proporcionar uma conceituação acerca da produção do espaço urbano capitalista e do fenômeno da segregação socioespacial, evidenciando que o espaço urbano é produzido socialmente e resulta das disputas entre diversos agentes sociais, tendo em vista que neste exprimem-se as contradições entre as duas lógicas distintas de produção do espaço urbano: econômica e social, o que inevitavelmente termina por implicar na configuração de práticas espaciais excludentes, pois “o uso do solo não se dará sem conflitos, na medida em que são contraditórios os interesses do capital e da sociedade.” (CARLOS, 2008, p. 41).

As considerações aqui esboçadas partiram do pressuposto fundamental para a temática desta pesquisa que é o de conceber a cidade capitalista como contraditória e, portanto, desigual tanto em termos sociais como espaciais. Logo, na sua paisagem urbana evidenciam-se formas espaciais descontínuas ou mesmo segregadas no que se refere à moradia, reflexo de uma sociedade de classes. Por outro lado, há que se reconhecer a acentuada atuação dos agentes imobiliários na organização do espaço urbano capitalista no qual a lógica predominante é a prática do valor de troca em detrimento do valor de uso, o que confere a essa cidade *status* de fonte de acumulação de capital (SOJA, 1993).

Coerente à opção teórico-metodológica deste trabalho, reforça-se também que como o acesso ao solo urbano da cidade capitalista ocorre mediante a propriedade

<sup>1</sup> Retirado da monografia do curso de Licenciatura em Geografia do IF-Fluminense intitulada *Autossegregação socioespacial em condomínios residenciais horizontais: elitização das periferias urbanas em Campos dos Goytacazes/RJ? (o caso do Parque Rodoviário)*.

Orientadora: Raquel Callegario Zacchi (Professora do IF-Fluminense e Mestre em Políticas Sociais/UENF).

<sup>2</sup> Licencianda em Geografia pelo Instituto Federal Fluminense. E-mail: luma-souza2011@live.com.

<sup>3</sup> Licencianda em Geografia pelo Instituto Federal Fluminense. E-mail: pg.caetano@hotmail.com.

privada, no caso dos menos favorecidos os mesmos, inevitavelmente, terão cerceado um direito legítimo que é o de moradia, o que explica as recorrentes práticas de ocupações irregulares tão presentes no cenário urbano atual.

Concordando com Lefebvre (2008), para quem o espaço é político e, por isso mesmo, intencionalmente manipulado, sustenta-se que a relevância da discussão tecida neste trabalho reside no entendimento de que o desvelamento dos mecanismos empregados pelo Estado e pelos agentes sociais privados na definição das normas de uso do solo urbano e condições de ocupação do espaço urbano, coopera para a construção de um posicionamento político crítico a fim de lutar para a produção de um espaço verdadeiramente justo, onde o legítimo direito à cidade não seja violado, proporcionando, assim, o exercício da cidadania plena.

#### REFERÊNCIAS

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. Tradução Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: EDUSP: 2000.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 8ª ed. São Paulo: Contexto, 2008. (Coleção Pensando a Geografia).

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2003.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

\_\_\_\_\_. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Anablume, 2005.

LEFEBVRE, Henry. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

<sup>1</sup> Retirado da monografia do curso de Licenciatura em Geografia do IF-Fluminense intitulada *Autossegregação socioespacial em condomínios residenciais horizontais: elitização das periferias urbanas em Campos dos Goytacazes/RJ? (o caso do Parque Rodoviário)*.

Orientadora: Raquel Callegario Zacchi (Professora do IF-Fluminense e Mestre em Políticas Sociais/UENF).

<sup>2</sup> Licencianda em Geografia pelo Instituto Federal Fluminense. E-mail: luma-souza2011@live.com.

<sup>3</sup> Licencianda em Geografia pelo Instituto Federal Fluminense. E-mail: pg.caetano@hotmail.com.

\_\_\_\_\_. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

MARICATO, Ermínia. O urbanismo na periferia do capitalismo: desenvolvimento da desigualdade e contravenção sistemática. *In*: GONÇALVES, Maria Flora (org.). **O novo Brasil urbano: impasses, dilemas, perspectivas**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

\_\_\_\_\_. **Habitação e cidade**. 7ª ed. São Paulo: Atual, 1997.

\_\_\_\_\_. Metrópole, Legislação e Desigualdade. **Estudos Avançados**, v. 17, nº. 48, 2003, p. 151-167.

MOURA, Rosa. Um ensaio sobre o controle da cidade e do cidadão contemporâneo. *In*: **Cidades**: Revista Científica. Grupo de Estudos Urbanos, Presidente Prudente, v. 3, nº. 5, jan./jun. 2006, p. 37-66.

NEGRI, Silvio Moisés. Segregação sócio-espacial: alguns conceitos e análises. **Coletâneas do nosso tempo**, Rondonópolis: MT, VII, nº 8, 2008, p. 129-153.

RAMOS, Márcia Eliane. A cidade no capitalismo: o lugar do homem. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 12, nº. 1, jan./dez. 1997, p. 53-63.

RODRIGUES, Arlete Moyses. **Moradia nas Cidades Brasileiras**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 1991.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, Rones Borges; ALVES, Lidiane Aparecida. Expansão territorial e segregação socioespacial Urbana. **I Congresso brasileiro de organização do espaço e X seminário de Pós-Graduação em Geografia da UNESP/Rio Claro**, 5 a 7 de outubro de 2010, Rio Claro: São Paulo.

SINGER, Paul. O Uso do Solo Urbano na Economia Capitalista. *In*: MARICATO, Ermínia (org.). **A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial**. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

<sup>1</sup> Retirado da monografia do curso de Licenciatura em Geografia do IF-Fluminense intitulada *Autossegregação socioespacial em condomínios residenciais horizontais: elitização das periferias urbanas em Campos dos Goytacazes/RJ? (o caso do Parque Rodoviário)*.

Orientadora: Raquel Callegario Zacchi (Professora do IF-Fluminense e Mestre em Políticas Sociais/UENF).

<sup>2</sup> Licencianda em Geografia pelo Instituto Federal Fluminense. E-mail: luma-souza2011@live.com.

<sup>3</sup> Licencianda em Geografia pelo Instituto Federal Fluminense. E-mail: pg.caetano@hotmail.com.

SOJA, Edward. **Geografias Pós-Modernas** – Reafirmação do espaço na Teoria Social Crítica. São Paulo: Jorge Zahar. 1993.

SOBARZO MIÑO, Oscar Alfredo. **A segregação socioespacial em Presidente Prudente**: análise dos condomínios horizontais. (Dissertação de Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente/UNESP, 1999.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

\_\_\_\_\_. **O medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. 14ª ed. São Paulo: Contexto, 2004. (Coleção Pensando a Geografia).

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

<sup>1</sup> Retirado da monografia do curso de Licenciatura em Geografia do IF-Fluminense intitulada *Autossegregação socioespacial em condomínios residenciais horizontais: elitização das periferias urbanas em Campos dos Goytacazes/RJ? (o caso do Parque Rodoviário)*.

Orientadora: Raquel Callegario Zacchi (Professora do IF-Fluminense e Mestre em Políticas Sociais/UENF).

<sup>2</sup> Licencianda em Geografia pelo Instituto Federal Fluminense. E-mail: luma-souza2011@live.com.

<sup>3</sup> Licencianda em Geografia pelo Instituto Federal Fluminense. E-mail: pg.caetano@hotmail.com.